



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP

CNPJ: 43.828.151/0001-45

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em Reais)

NOTA 1 – CONSTITUIÇÃO, OBJETO SOCIAL E CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP foi instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da Lei 5.918, em 18 de outubro de 1960, com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, tendo por finalidade o amparo à pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo. Os recursos da Entidade são:

I – destinação mínima de um por cento da receita tributária do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico. (artigo 271, § único da Constituição do Estado de São Paulo de 1989).

II – Rendas de seu patrimônio, doações, legados, transferências intergovernamentais e direitos sobre patentes resultantes de pesquisas feitas com seu auxílio e demais receitas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1- Critérios de Elaboração

Elaboradas de acordo com as práticas emanadas da legislação do Direito Financeiro (Lei 4.320/64), da Lei Complementar nº 101/2000 e adequações às normas e procedimentos em perfeito alinhamento com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC 16).

2.2- Apresentação dos demonstrativos:

2.2.1- Balanço Orçamentário

Elaborado de acordo com o art. 102 da Lei 4.320/64 (anexo 12) e adequado às novas normas contábeis, evidenciando a origem e aplicação por fonte de recursos (1-Tesouro, 4 – Recursos Próprios e 5 – Recursos Vinculados do Governo Federal), previsão e dotação inicial e as atualizações no exercício, as despesas empenhadas e as liquidadas e, as despesas do exercício que foram pagas por conta da execução orçamentária. Não houve, no período, receitas e despesas intra-orçamentárias, bem como a utilização do superávit financeiro. O Resultado Geral Orçamentário apresenta um Déficit da Execução Orçamentária na ordem de R\$ 830.180.997,52, gerado pelo Repasse Obrigatório por Lei no mesmo montante, não considerado como Receita Orçamentária para não haver duplicação da receita conforme preceitua a Lei Complementar 101/2000. Isto se deve, pela alocação dos Recursos do Tesouro do Governo do Estado, consignados na Lei do Orçamento somente na Despesa Orçamentária, gerando o desequilíbrio, não representando irregularidade. Caso fosse computado o Repasse Financeiro como receita, o Resultado da Execução Orçamentária seria nulo. As alterações orçamentárias ocorreram por:

Abertura de Crédito Adicional Suplementar

- Decreto nº 57.664, de 22 de dezembro de 2011, pelo Governo do Estado, “proveniente de excesso de arrecadação”, crédito coberto com recursos a que alude o inciso II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, na ordem de **R\$ 26.000.000,00** (vinte e seis milhões de reais), para aplicação em concessão de bolsas de estudo e,

- Decreto nº 57.559, de 1º de dezembro de 2011, pelo Governo do Estado, “resultante de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei”, crédito coberto com recursos a que alude o inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, na ordem de **R\$ 73.000,00** (setenta e três mil reais), para aplicação em concessão de bolsas de estudo,

Suplementações Automáticas – Reversão de Receitas Diferidas

- As demais suplementações foram automáticas por conta de excesso de arrecadação de Recursos Próprios no valor de **R\$ 156.784.490,00** e Recursos Vinculados do Governo Federal no valor de **R\$ 12.251.000,00**, para aplicação em Auxílio Financeiro a Pesquisadores e Investimentos. Elencamos abaixo quadro demonstrativo das suplementações ao longo do exercício.

QUADRO DAS SUPLEMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

NOTA DOTAÇÃO (Nº)	FONTE DE RECURSOS	NATUREZA DA DESPESA	VALOR
00054	001-Rec Tesouro	339020-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	73.000,00
00065	001-Rec Tesouro	339020-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	26.000.000,00
00024	005-Rec Vinc Fed	339020-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	12.251.000,00
00025	004-Rec Próprios	449051-Obras e Instalações	11.784.490,00
00026	004-Rec Próprios	449052-Equipamentos e Material Permanente	10.000.000,00
00047	004-Rec Próprios	339020-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	90.000.000,00
00048	004-Rec Próprios	339020-Auxílio Financeiro a Pesquisadores	45.000.000,00
		TOTAL	195.108.490,00

2.2.2.- Balanço Financeiro

Demonstra a receita e a despesa orçamentária bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte. A diferença entre a Despesa Realizada e a Paga foi inscrito em Restos a Pagar Processados, demonstrando o valor não pago como redutor da Despesa Orçamentária Realizada, em atendimento ao artigo 103 da Lei nº4.320/64 e as práticas elencadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A apresentação do Balanço Financeiro demonstra tanto a receita como a despesa orçamentária por destinação de recursos e não mais por função e grupo de despesa, mudança essa preconizada na Resolução CFC nº 1.268/09. Utilizamos o conceito de Receita Orçamentária Ordinária para as receitas próprias que possuem características de alocação livre entre a origem e aplicação de recursos e, dessa forma, atenderem a quaisquer finalidades; como vinculada, as Transferências do Governo Federal em forma de Convênios e, as Transferências Financeiras do Governo do Estado de São Paulo para atender às despesas realizadas na fonte de recursos do Tesouro. Nos recebimentos extra-orçamentários estão evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, tais como, consignações em folha, cauções. Nos pagamentos extra-orçamentários estão demonstrados aqueles que não precisaram se submeter ao processo de execução orçamentária, tais como, devolução de depósitos e cauções, recolhimentos de tributos e consignações e os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício e, os valores das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro. Os saldos em espécie estão representados pelos saldos das contas bancárias de movimento e as de aplicações financeiras.

O resultado financeiro do exercício de 2011 foi positivo, no valor de R\$ 39.367.507,56. A dívida da FAPESP de curto prazo é de R\$ 34.354.215,36. Para cobertura da referida dívida a Entidade possui recursos financeiros próprios e no montante de R\$ 950.558.440,85, portanto, 27,67 vezes, ou seja, para cada R\$ 1,00 (um real) de dívida a Fundação dispõe de R\$ 27,67 (vinte e sete reais e sessenta e sete centavos).

2.2.3.- Demonstrações das Variações Patrimoniais

A apresentação do demonstrativo ressalta como medidor do quanto o serviço ofertado exigiu de alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. Estão evidenciadas as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do exercício de 2011 foi apurado pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas e Diminutivas. Como as Variações Patrimoniais Qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o Patrimônio, apresentamos de forma separada. Imputamos como Variações Qualitativas as Despesas de Capital, como Investimentos. O Resultado Patrimonial do Exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de um Superávit Econômico de R\$ 11.485.198,15. O Resultado de 2011 em relação ao exercício de 2010 sofreu uma variação negativa de 150,38%. Uma das causas mais relevante da variação negativa foi em decorrência do aumento da Despesa com Bolsas e Auxílios a Pesquisadores em R\$ 158.707.632,99 de 2010 para 2011, com um aumento real de 20,35%; enquanto que o Repasse Financeiro do Tesouro do Estado teve um acréscimo de R\$ 75.483.760,03 em relação a 2010, portanto, cobrindo 47,56% do aumento da referida despesa e o restante coberto com Recursos Próprios.

2.2.4.- Balanço Patrimonial

O Plano de Contas está dividido em 8 classes de Contas. As quatro primeiras (de 1 a 4) informa a situação do Patrimônio da FAPESP. As classes 5 e 6 com as informações de natureza Orçamentária e as 7 e 8 são consideradas as Contas de Controle, onde registramos os Atos Potenciais e os Diversos Controles. Portanto, está evidenciado todas as variações patrimoniais qualitativas e quantitativas refletindo a situação patrimonial da FAPESP no exercício findo em 31 de dezembro de 2011. No Patrimônio Líquido, destacamos o resultado patrimonial do período e dos resultados acumulados de períodos anteriores. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não-circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Foram utilizados os seguintes critérios para o devido enquadramento em circulante e não-circulante nos ativos:

- Como circulantes bens e direitos disponíveis para realização imediata e,
- os que, tiverem a expectativa de realização até o término do exercício seguinte.
- Os demais ativos classificamos como não-circulantes.

Em relação aos passivos:

- Como circulantes os valores exigíveis até o final do exercício seguinte e,
- Aqueles que corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a FAPESP foi a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.
- Os demais passivos como não-circulantes.

Dessa forma, podemos avaliar, decompor, comparar e interpretar e permitindo conhecer melhor a situação patrimonial da Entidade e; para atender ao que preceitua a Lei 4.320/64 no artigo 105, conferindo viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, já que separa o Ativo e Passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que os compõem, elaboramos de forma sintética o Balanço Patrimonial com todos os subsistemas contábeis, contemplando os grupos de contas do Ativo e Passivo Financeiro, Ativo e Passivo Permanente e Saldo Patrimonial, o Subsistema de Compensação com seus atos potenciais e o Demonstrativo do Superávit Financeiro.

2.2.5.- Demonstração dos Fluxos de Caixa

Como mudança e com o objetivo de contribuir para a transparência da gestão da FAPESP e aos usuários da informação contábil, elaboramos o referido demonstrativo pelo método direto (caixa) considerado ideal para o Setor Público, com base nos dados fornecidos pela Gerência Financeira, destacando o fluxo líquido das atividades operacionais, representado pelas receitas originárias (fonte 4 – Recursos Próprios e fonte 5 – Recursos Vinculados do Governo Federal) e das Transferências Financeiras do Governo do Estado (Fonte 1 – Tesouro), para a correspondente cobertura dos desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento. Os desembolsos estão evidenciados por função, de acordo com a Portaria 42/99 (Federal), em especial as funcionais 12 – Educação e 19 – Ciência e Tecnologia.

A evidência dos Fluxos de Caixa nos permite ter uma visão geral da situação das finanças da Entidade, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento) e avaliar as decisões de investimento e a situação presente e futura do caixa.

2.2.6.- Da comparabilidade de períodos

A FAPESP está apresentando a comparabilidade dos seguintes demonstrativos:

Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e da Demonstração do Fluxo de Caixa com o exercício anterior. A mudança de critério permite que a Entidade possa analisar o comportamento estático (vertical) e ao longo do tempo (horizontal) das flutuações positivas e negativas. Fortaleceu, ainda, a credibilidade das informações contábeis e financeiras, facilitou o acompanhamento e comparação da situação econômica, financeira e patrimonial, mostrando com clareza o desempenho da Entidade, mantendo, enfim, um fluxo de informações de qualidade. Possibilita ainda, a comparação com outras Entidades semelhantes.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os créditos e as obrigações estão a valores históricos até a data do fechamento do balanço.

a) Disponibilidades

Os equivalentes a Caixa são investimentos em aplicações de liquidez imediata (diária) e estão registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O saldo de caixa existente foi depositado em conta movimento.

b) Realizável a Curto Prazo

Adiantamento de Férias

Valores pagos que serão baixados quando da contabilização da Folha de Pagamento.

Almoxarifado

Corresponde aos bens de consumo existentes no final do exercício conforme Inventário. A avaliação é feita pelo preço médio ponderado das compras, obedecendo ao artigo 106, inciso III, da Lei 4.320/64.

Prêmios de Seguros Antecipados

Valor dos seguros pagos mas não incorridos que beneficiarão o exercício seguinte.

Assinaturas de Revistas e Jornais

Valor das assinaturas de revistas e periódicos que contribuirão no exercício subsequente.

Outros Créditos a Receber

Valor referente a aluguéis a receber no exercício seguinte, depósitos de terceiros em garantia de contratos de serviços e ressarcimento de despesas com passagens aéreas com empresa contratada.

c) Não Circulante

Depósitos Judiciais

Valor do depósito judicial referente ação de cobrança de IOF sobre aquisição de veículos e aplicações financeiras, retidos pelo Governo Federal durante o Plano Collor, cujo registro está pelo valor nominal. A Procuradoria Jurídica da Fapesp está enviando esforços no sentido de resolver a pendência jurídica com a Justiça Federal.

Créditos a Receber

Valor a receber a longo prazo decorrente do Termo de Confissão de Dívida entre a FAPESP e ex-funcionário, objeto da Ação de Cobrança junto a 5ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo e, Acordos Extrajudiciais firmados entre a Fapesp e Bolsistas e Pesquisadores, decorrente das ações precisas da Auditoria Interna e da Procuradoria Jurídica assegurando os direitos da FAPESP, no tocante as questões envolvendo prestação de contas, acúmulos de benefícios, abandonos de projetos e outras devoluções.

Investimentos

Estão demonstrados pelo custo de aquisição acrescidos da reavaliação realizada no exercício de 2008 e, como se trata de imóveis que geram receitas para a Entidade, foi aplicada a depreciação no exercício de 2011. Foram alienados no exercício, os Terrenos e parte dos Edifícios Destinados à Renda.

Imobilizado

Estão demonstrados pelo custo de aquisição acrescidos da reavaliação realizada no exercício de 2011.

Depreciação Acumulada

Foi constituída a partir de 1º de janeiro de 2010 sobre todas as contas suscetíveis de aplicação da depreciação nos Ativos Investimentos (Imóveis Locados) e Imobilizado. O critério para a fixação da taxa foi a usual com base na Tabela do Decreto Federal 3000/99 – RIR e o método utilizado foi o linear.

Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição.

Amortização Acumulada

Foi constituída a partir de 1º de janeiro de 2010, recaindo sobre Sistema de Apoio a Gestão – SAGE de propriedade da FAPESP. O critério para a fixação da taxa com base na estimativa de vida útil econômica do bem e uso da Tabela do Decreto Federal 3000/99 – RIR e o método para o cálculo do encargo foi a de quotas constantes.

d) Provisão de Férias e Encargos Sociais

Com a finalidade de atender o princípio do regime de competência de exercício, foi efetuado o registro contábil do direito adquirido de fruição de férias dos funcionários da Entidade.

Os valores relativos à férias devidas aos empregados (inclusive os cedidos) estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo, com base na Folha de Pagamento.

e) Despesas com Bolsas e Auxílios a Pesquisadores

As despesas com auxílios para pesquisa são reconhecidas quando do efetivo desembolso, coincidindo a solicitação do recurso pelo pesquisador e a respectiva liberação financeira. Já as Bolsas de estudo são reconhecidas pela competência, pois são elaboradas no mês e pagas no mês subsequente.

NOTA 4 – RECEITAS DIFERIDAS – CONVÊNIOS E RECURSOS PRÓPRIOS

Para atender ao artigo 15 do Decreto nº 57.489, de 04 de novembro de 2011, que estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária e financeira, efetuamos o diferimento das Receitas Vinculadas e dos Recursos Próprios em 31/12/2011. O saldo em 31 de

dezembro de 2011 monta em R\$ 370.200.667,48, recursos esses que poderão ser utilizados como oferecimento em Créditos Orçamentários Adicionais Futuros.

Convênios com o Governo Federal	2011	2010
FINEP/PAPPE	12.229.753,61	11.107.213,22
CNPq/PRONEX 2	6.728.303,80	10.726.300,36
CNPq/PRONEX 2 IMPORT	3.187.752,07	2.543.422,91
FINEP Subvenção	62.567.079,97	56.632.800,33
CNPq/PP SUS 08/09	3.897.992,54	5.547.282,57
CNPq/PRONEX 2010	9.302.748,83	--
CNPq/PPP 2010	5.930.381,14	--
CNPq/PP-SUS 06/07	--	1.603.854,95
Sub Total	103.844.011,96	88.160.874,34

Outros Convênios	2011	2010
Sec/Condephaat	552.594,38	500.182,64
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	1.461.341,58	1.322.738,18
Vale do Rio Doce	7.675.188,26	4.340.866,92
Microsoft	1.713.918,58	1.816.901,28
Fundação Vítas	--	973.692,07
Sabesp	990.207,62	--
Agilent	357.241,15	--
Sub Total	12.750.491,57	8.954.381,09

TOTAL DE CONVÊNIOS		
Governo Federal	103.844.011,96	88.160.874,34
Outros	12.750.491,57	8.954.381,09
TOTAL	116.594.503,53	97.115.255,43

RECURSOS PRÓPRIOS	2011	2010
Receita Própria	253.606.163,95	234.762.514,45
TOTAL	253.606.163,95	234.762.514,45

NOTA 5 – DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

No demonstrativo do superávit financeiro do exercício consta:

FINANCEIRO	2011	2010
Ativo Financeiro	1.067.309.690,25	1.027.960.552,17
(-) Passivo Financeiro	30.470.228,88	29.575.723,63
(=) Superávit Financeiro	1.036.839.461,37	998.384.828,54

Evidenciação do excesso de recursos financeiros que poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais conforme preceitua o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64.

NOTA 6 – BANCOS CONTA MOVIMENTO

Demonstração dos saldos das contas bancárias – tipo: Conta Movimento em 31/12/2011

BANCOS CONTA MOVIMENTO	2011	2010
Banco Santander S.A.	5.480,85	10.169,87
Banco do Brasil S.A. – Siscomex-Ag. Governo	71.553,90	7.977,00
Banco do Brasil S.A. - Importação	200,00	200,00
Banco do Brasil S.A. - Ag. Lapa	116.192,29	141.143,00
Banco do Brasil S.A. - Ag. Governo	200,00	200,00
SUBTOTAL	193.627,04	159.689,87

NOTA 7 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos saldos das contas bancárias – tipo: Aplicação Financeira em 31/12/2011

FUNDOS DE INVESTIMENTO	2011	2010
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio SABESP	990.207,62	--
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio SEC/CONDEPHAAT	552.594,38	500.182,64
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PAPPE-PIPE III	12.229.753,61	11.107.213,22
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio FUND.Mª C.S.VIDIGAL	1.461.341,58	1.322.738,18
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PRONEX II	6.728.303,80	10.726.300,36
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio FAPESP/VALE	7.675.188,26	4.340.866,92
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PP SUS 06/07	--	1.603.854,95
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PP SUS 08/09	3.897.992,54	5.547.282,57
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio FINEP Subvenção	62.567.079,97	56.632.800,33
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio MICROSOFT	1.713.918,58	1.816.901,28
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio FUND. VITAE	--	973.692,07
Banco do Brasil S.A. – Fundo Próprio	822.564.948,35	744.812.825,34
Banco do Brasil S.A. - Fundo Exclusivo – Agência Lapa	125.898.272,57	--
Banco do Brasil S.A. – Fundo BB – Curto Prazo	1.901.592,89	--
Banco do Brasil S.A. – Fundo PRONEX II IMPORTAÇÃO	3.187.752,07	2.543.422,91
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PRONEX 2010	9.302.748,83	--
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio PPP 2010	5.930.381,14	--
Banco do Brasil S.A. – Fundo Convênio AGILENT	357.241,15	--
SUBTOTAL	1.066.959.317,34	841.928.080,77

OUTRAS APLICAÇÕES	2011	2010
Banco Santander S.A. – CDB's DI	--	185.697.666,18
SUBTOTAL	--	185.697.666,18
TOTAL	1.066.959.317,34	1.027.785.436,82

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

O subgrupo de Investimentos é constituído de Edifícios, Terrenos, Garagens e Obras de Arte, conforme quadro abaixo. Como fato relevante foi a alienação de parte dos Edifícios para Renda e a totalidade dos Terrenos para a Universidade de São Paulo, pelo valor de R\$ 63.523.750,00, gerando um ganho de capital de R\$ 34.018.562,00, equivalente em termos percentuais a 112,58%. Em conformidade com o artigo 44 da Lei Complementar 101/2000, o produto derivado da alienação dos bens será aplicado em Despesas de Capital.

Conta Contábil	Saldo Total em 31/12/2011	Depreciação Acumulada em 2011	Saldo Líquido em 31/12/2011	Taxa Anual de Depreciação